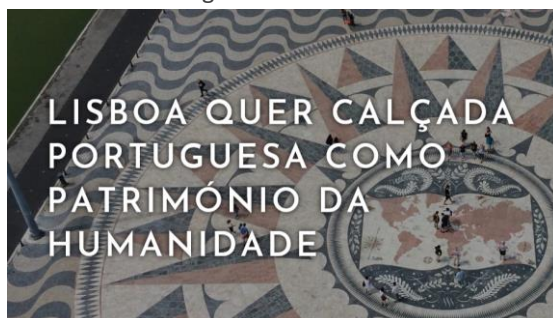


Aes 04.FANHÕES-CAPITAL DO CALCETEIRO

- ✓ Numa clara homenagem ao Homem e à profissão a Junta de Freguesia de Fanhões registou a Marca FANHÕES – CAPITAL DO CALCETEIRO no Instituto Nacional de Propriedade Industrial com o Nº 597335 com direitos autorais para fins publicitários ou promocionais, bibliotecas de referência e registos documentais e publicações on-line. O registo da Marca é a base para que uma série de projectos que nos comprometemos possam ganhar forma. Trazemos sempre para as ideias e sugestões os Calceteiros da Freguesia principalmente o Mestre Zé da Clara, também a disponibilidade e interesse do Drº Ernesto Matos autor do livro FANHÕES-HOMINES PETRAE com um arquivo e um riquíssimo conhecimento sobre os homens e as obras, e que têm sido fundamental. Foram efectuados contactos com a Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Alcântara onde se conclui:

- 1- Câmara Municipal de Loures, prevista uma reunião para abril onde construiremos uma base de trabalho para criar metas e objetivos definidos para o Núcleo Museológico do Calceteiro e Etnográfico da Freguesia, Memorial ao Calceteiro e criação de uma Rota das Calçadas, entre outras actividades.
- 2- Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Alcântara, prevista uma reunião para abril para podermos abordar parcerias nomeadamente na escola de Calceteiros e no espólio de moldes e documentação. Está também prevista a inclusão da Rota das Calçadas e da Azulejaria de Fanhões na Rota do Memorial do Convento e que traria mais dinâmica e interesse para os visitantes da freguesia.
- 3- Câmara Municipal de Lisboa “quer calçada portuguesa como Património da Humanidade”. Lisboa têm efectivamente um espólio de obra feita em calçada valiosíssimo, muitas dessas obras realizadas pelos Mestres Calceteiros de Fanhões não só em Lisboa mas por todo o mundo. Lisboa engrandece a obra realizada e Fanhões engrandece o Homem a família e o artista que a realizou. Sem o Homem sem o Calceteiro a Obra jamais aconteceria, e é esta sensibilidade e visão que dá forma a este projecto de FANHÕES-CAPITAL DO CALCETEIRO.

<http://www.lisbonne-idee.pt/p2975-lisboa-quer-calcada-portuguesa-como-patrimonio-humanidade.html>



- 4- Jornal Notícia de Cá e de Lá. O jornalista e investigador Carlos Cardoso na edição Nº 56 de março 2018 apresenta um artigo sobre FANHÕES-CAPITAL DO CALCETEIRO bastante consistente em factos históricos nomeadamente uma Associação de Classes nos anos 20, como a primeira associação de calceteiros do Concelho onde possivelmente estariam Calceteiros de Lisboa. Este trabalho de investigação será nuclear para começar a recriar a história e o património da freguesia de Fanhões. Outra nota importante na notícia “Capital do Calceteiro - no centro das rotas turísticas”, e que representa uma mais-valia significativa para presente e futuro.



- 5 – Resolução da Assembleia da República nº 54/2018 - Recomenda ao Governo a “valorização da calçada portuguesa e da profissão de calceteiro”. Com toda a certeza a Freguesia de Fanhões não necessitava de uma resolução em Diário da República para valorizar os seus Calceteiros e ter a legitimidade de promover as acções que têm realizado, no entanto ter um instrumento de âmbito legal que o recomenda é sem dúvida ainda mais motivante

1088

Diário da República, 1.ª série—N.º 41—27 de fevereiro de 2018

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 54/2018

Recomenda ao Governo a valorização da calçada portuguesa e da profissão de calceteiro

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Mantenha a calçada portuguesa e valorize-a enquanto expressão artística e distintiva do nosso País, divulgando as suas técnicas.

2 — Estabeleça mecanismos de proteção desta arte, nomeadamente por via do levantamento e inventariação da calçada portuguesa artística existente no País e no mundo, através da georreferenciação, e da inscrição no inventário nacional dos moldes, ferramentas, materiais, técnicas e processos associados à arte do calcetamento.

3 — Adote, em parceria com o poder local, políticas de conservação da calçada portuguesa que minimizem a sua degradação, sem prejuízo da incorporação de materiais que melhorem a sua mobilidade, aderência e conforto, tanto nas zonas históricas como nas zonas recentes.

4 — Valorize e dignifique a profissão de calceteiro, genuinamente portuguesa e intimamente ligada ao património cultural, promovendo a sua qualificação e estabilidade profissional.

5 — Promova a candidatura da calçada portuguesa a Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, atenta a sua singularidade, internacionalmente reconhecida.

Aprovada em 21 de dezembro de 2017.

O Presidente da Assembleia da República, **Eduardo Ferro Rodrigues**.

111152406

Resolução da Assembleia da República n.º 55/2018

Recomenda ao Governo que agilize os processos de avaliação de dispositivos e equipamentos para controlo e tratamento da Diabetes Mellitus

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Conclua com rapidez o processo de avaliação do dispositivo de monitorização contínua da glicose a decorrer no Infarmed — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

2 — Agilize os processos de avaliação de dispositivos e equipamentos que possam melhorar o controlo da Diabetes Mellitus.

3 — Reforce a comparticipação das bombas de insulina (ou sistema de perfusão contínua de insulina), de modo a abranger um maior número de doentes, dando prioridade a crianças e adultos com diabetes tipo 1.

4 — Avalie e pondere a comparticipação de sistemas não invasivos de monitorização da glicemia, designadamente para pessoas com diabetes tipo 1 e tipo 2 sob insulino-terapia.

Aprovada em 11 de janeiro de 2018.

O Presidente da Assembleia da República, **Eduardo Ferro Rodrigues**.

111152333

Resolução da Assembleia da República n.º 56/2018

Recomenda ao Governo a manutenção das «ilhas» do Porto

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Crie instrumentos legais específicos para que, aproveitando as características muito próprias das «ilhas» do Porto, se possa efetivamente reabilitar estas habitações, assegurando a manutenção dos atuais residentes, como forma de responder às necessidades de habitação de longa duração da cidade e com taxas de esforço reduzidas para os novos residentes destes locais.

2 — O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., em articulação com o Município do Porto, desenvolva uma campanha de divulgação junto dos proprietários, inquilinos e potenciais inquilinos das «ilhas», dos instrumentos disponíveis para a respetiva reabilitação e subsequente disponibilização para arrendamento de longa duração.

Aprovada em 26 de janeiro de 2018.

O Presidente da Assembleia da República, **Eduardo Ferro Rodrigues**.

111152358

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2018

A Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), é a entidade gestora do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2017, de 6 de junho, centralizou na ESPAP, I. P., a categoria de compra de energia que compreende eletricidade, combustível rodoviário e gás natural para as entidades compradoras vinculadas ao SNCP, podendo aderir igualmente entidades compradoras voluntárias do SNCP.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 168/2017, de 3 de novembro, autorizou as entidades constantes do anexo I à mencionada resolução a assumir os encargos orçamentais e a realizar as despesas inerentes à aquisição de eletricidade, desde que o respetivo procedimento seja conduzido pela ESPAP, I. P., ao abrigo do acordo quadro de fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental (AQ-ELE), com os valores máximos constantes do referido anexo.

O procedimento pré-contratual centralizado para aquisição de eletricidade ao abrigo do AQ-ELE foi conduzido pela ESPAP, I. P., ao abrigo das resoluções mencionadas e objeto de decisão de adjudicação a 4 de janeiro de 2017, sendo oportuno delegar, com faculdade de subdelegação, nos membros do Governo responsáveis pela áreas respetivas, a competência para a outorga dos respetivos contratos.

Assim:

Nos termos dos artigos 44.º a 47.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei

6 – Nomes e Alcunhas apuradas até ao momento com vista a criação do Memorial ao Calceteiro:

MEMORIAL

Afonso Parola; Alfredo Luís Vicente; Antónia Mendes (Toina); Américo Vinagreiro (Barrigas); Américo da Conceição Ricardo; António Alves Olaio; António Correia Esteves (Toino Gageiro); António Covangas (Sangue Altero); António Filipe dos Santos (António da Belmira); António José Conceição Mateus (Tó Zé); António Manuel Condesso Machado (Pouca Roupas); António Manuel Machado (Antonia); António Manuel Nunes Covangas (Padiola); António Mateus Catarino (Toino Saloio); António Mateus Vicente; António Paulo Nunes (Parupa); António Sabino Vicente (Chora); Artur Gradugério (Rato); Aquilino Rasteiro; Bernardo Covangas; Bruno Dinis; Carlos Silveira (Lagartixa); Carlos Parola Franco (Pêra); Domingos Vicente; Eduardo Machado (Gato); Eusébio Ferreira; Francisco Dinis (Chicão); Francisco Dinis Vicente (Chico Carraço); Germano Dinis Vicente (Carraço); Germano Lourenço Duarte (Germano da Belmira); Germano G. Burreca; Hélder Pereira (Cenouras); Herculano Ribeiro (Malagaxo); Horácio Machado (Cócó); Jaime Franco (Cebolas); Jaime Barbosa (Cherne); João Gonçalves Burreca; João Domingos Duarte Pai (João Bernardo); João Domingos Duarte Filho (João Bernardo); João Cardoso (João do Russo); João Godinho Dinis (João da Laura); João Brado Coelho (Marujo); Joaquim Alves Olaio; Joaquim Pereira (Cadica); Joaquim Cardoso (Canhoto); Joaquim Carvalho (Joaquim Clementino Papagaio vaidoso); Joaquim Carvalho da Silveira (Marrocos); Joaquim de Oliveira Aranha (Conaco); Joaquim José Mateus (Cazuzo); Joaquim Machado; Joaquim Marçalo; Joaquim Moreira Sobrinho (Rabeco); Joaquim Paulo Nunes (Parupa); José Vinagreiro (Pirôcos); José Barbosa; José da Silveira Barbosa (José Roque); José da Piedade Fonseca (Canoa); José António da Conceição Marçal; José Dinis (Zé Moco); José Diniz (Zé Broa); José Domingues da Clara (Zé da Clara); José Jorge; José Leonel Pereira; Júlio Machado (Lagarto); José Machado (José Pequeno); José Mateus Vicente; José Manuel Ferreira Dinis; José Roque; José Vinagreiro (Zé Preto); Júlio Machado (Picador); Lucas Mateus; Luciano Barbosa (Guita); Luciano Barbosa (Maia); Luciano Domingos Duarte; Luís Simões (João do Grão); Luís Bernardino Lapa Mateus (Luís Matuto); Manuel António Joaquim Marques (Sem Hora); Manuel Badana; Manuel Silveira de Carvalho (Manel Clementino); Manuel da Augusta; Manuel Dinis Franco; Manuel Dinis (Manuel Toneco); Manuel Domingos Duarte (Casaca); Manuel da Conceição Corigo Domingos; Manuel Correia Gageiro (Fadista); Manuel Faustino; Manuel Machado (Cócó); Manuel Moreira; Manuel Paulo Nunes (Parupa); Manuel Rasteiro; Manuel Vinagreiro (Pirôcos); Marcial Henrique da Silveira; Mateus Jaime Pereira; Maximiano Franco (Cebolas); Maximiano Paradelo; Paulo Filipe Franco; Paulo Jorge Dinis; Paulo Jorge da Conceição Ricardo; Pedro Gonçalves Burreca; Ricardo Marçalo; Rui Manuel Dinis; Sidónio Flores; Telmo Pereira; Vicente Alves Olaio; Zé da Horta; Zézinho da Maria Galega.

